Cerimónia de Vinculação à Profissão

Élvio H. Jesus
Funchal, 22 de Setembro de 2011

- Excelentíssimos …

Em primeiro lugar, quero cumprimentar e felicitar os novos colegas pela conclusão da vossa licenciatura e pelo título profissional que hoje ser-vos-á atribuído - o título de enfermeiro.

Se para muitos de vós, o caminho para aqui chegar não terá sido muito fácil, o que agora iniciam, embora diferente, também requererá muita motivação, empenho, dedicação e espírito altruísta. A responsabilidade inerente à profissão que escolheram e que a partir de hoje estão autorizados a exercer, é muito elevada. Os princípios e os valores consagrados no Código Deontológico e que lhe são inerentes, e aos quais todos vós, enquanto enfermeiros estão vinculados, exigem a reflexão e o aprofundamento contínuos na vossa prática quotidiana.

Os contextos onde ides exercer a profissão são por natureza exigentes, dinâmicos e muito complexos, quer sejam eles os domicílios, comunidades, lares ou hospitais. Os problemas apresentados pelos utentes, famílias ou grupos, e que são da esfera própria de intervenção do enfermeiro, geralmente não são lineares, bem definidos ou estáveis, requerendo muitas vezes, pouco tempo para a tomada de decisão.

Embora sabendo tal não constituir novidade para muitos de vós, gostaria no entanto de vos aconselhar a continuação da aprendizagem, pois, o profissionalismo, a autonomia e a consequente responsabilidade que nos é exigida,

não se compadecem com incipientes investimentos na autoformação e na vontade de aprender ao longo da vida.

Numa época de grandes desafios para todos nós, permitam-me uma breve referência ao futuro e ao valor da nossa profissão.

Há muito que a OMS alerta para o reforço do papel profissional do enfermeiro, como sendo a forma mais custo-efectiva de garantir a sustentabilidade dos Sistemas de Saúde e a acessibilidade de todos a cuidados de qualidade, seguros, de proximidade e em tempo útil.

Mais recentemente, o mais que reconhecido mundialmente e independente Instituto de referência para a área da saúde dos Estados Unidos - o IOM -, que em finais do século passado revolucionou a forma como muitos dos sistemas de saúde passaram a ser desenhados, nomeadamente através dos relatórios sobre o erro médico e o futuro dos sistemas de saúde, juntou-se a este desiderato através da publicação de mais um relatório sobre "O futuro da Enfermagem".

Nele, podemos constatar importantes recomendações com aplicação directa na nossa realidade nacional e regional, das quais destacamos:

Os enfermeiros deverão poder exercer na plenitude a sua actividade profissional de acordo com os seus níveis de qualificações e competências; terem a oportunidade de atingir elevados níveis de formação e de desenvolvimento profissional; e poderem participar no redesenho das reformas dos sistemas, serviços, organizações e unidades de saúde, em condições de paridade integral com os outros parceiros da equipe multiprofissional. O que, traduzido para a nossa realidade, implica a remoção das muitas barreiras que o sistema de saúde, aos diferentes níveis, nos coloca, nomeadamente:

- no planeamento e gestão do nosso serviço de saúde, na subvalorização do sistema de prestação de cuidados de enfermagem, na subalternidade da direcção técnica de enfermagem, na desproporcionada ênfase na formação e investigação médica em detrimento da igualmente indispensável ao desenvolvimento

profissional dos outros profissionais, contrariando as normas de boa prática e condicionando o fundamental e mais que necessário trabalho de equipa…!

Uma outra mensagem essencial do referido relatório diz respeito à imprescindibilidade do planeamento e política de gestão de recursos humanos, aspecto este que, aliás, foi também salientado pela Troika em ambos os seus relatórios. O que implica uma recolha de dados mais completa e sistemática sobre a demografia, níveis de formação, qualificações e competências adquiridas pelos nossos profissionais; e o desenvolvimento de uma infra-estrutura de informação com transparência e actualidade na sua divulgação.

De facto, responsáveis e cidadãos precisam de saber mais sobre os diferentes recursos humanos afectos à saúde, a sua distribuição geográfica, demografia, funções que se encontram a desempenhar, etc, e sobre a capacidade instalada de resposta às actuais necessidades de cuidados, bem como o seu potencial de intervenção no futuro. Só assim os utentes poderão melhor compreender a por vezes incipiente realização de algumas das suas expectativas e exigirem que maior e melhor resposta às suas necessidades lhes seja facultada.

No caso particular dos enfermeiros, e cingindo-me apenas à realidade regional - pois a comparação com o todo nacional requeria mais algum tempo e tornar-se-ia fastidioso aqui abordar -, a mensagem que passa, é a de que, ao invés do grupo profissional médico, não existe falta de enfermeiros. Segundo se afirma, existe até mesmo um *superavit* de enfermeiros no sistema regional de saúde, o que objectivamente não corresponde à realidade.

Senão vejamos. Se por exemplo, a Madeira tivesse pelo menos a média de enfermeiros por habitante dos países da OCDE, em 2010, teria aproximadamente 2700 enfermeiros no activo, número este que como sabemos estamos ainda longe de o atingir. E se incluíssemos a população flutuante e as especificidades de uma região insular como a nossa nestas projecções, seriam necessários alguns mais.

O Serviço Regional de Saúde nesta altura, em finais de 2010, tinha apenas 1716 enfermeiros. Incluindo principiantes, especialistas, gestores e outros afectos a projectos e a outras actividades de suporte!

Não estranhamos, por isso, as preocupações de muitos dos nossos colegas dos Centros de Saúde e Serviços Hospitalares, o sofrimento diário que enfrentam perante a dura realidade com que são confrontados face às dificuldades em dar resposta a importantes e urgentes necessidades de utentes e familiares. Além da constatação da progressiva desconsideração e limitação da sua intervenção no âmbito das actividades de promoção da saúde e da prevenção e despiste precoce da doença, dependência e demais complicações, em praticamente todos os *settings* e grupos etários da população.

Tudo isto se passando, não obstante estar cientificamente provado que investir na dotação de enfermeiros é uma condição necessária e indispensável à sustentabilidade dos nossos serviços e sistemas de saúde e para a obtenção de ganhos em saúde, bem-estar, felicidade e prosperidade dos cidadãos e sociedade em geral.

Neste sentido, perante a iminência de cortes cegos em todo o país, urge claramente separar aquilo que são custos e investimentos, que naturalmente devem sempre existir, daquilo que são autênticos desperdícios - incluindo ideias e oportunidades -, redundâncias e outras ineficiências evitáveis.

Citando Amaral (2011), os enfermeiros pagam-se a si próprios pelo valor que acrescentam e pela eficiência que introduzem no sistema de prestação de cuidados, ao diminuírem demoras médias de internamento, ao prevenirem complicações, minimizarem erros, reduzirem riscos e custos, e ao permitirem que os doentes e as pessoas em geral obtenham maior segurança e bem-estar, e que possam de forma mais rápida e eficaz produzir riqueza. Os enfermeiros são por isso determinantes para os resultados nos doentes e nas organizações, tanto clínicos, como económicos e financeiros.

Esta evidência requer uma gestão cada vez mais informada e baseada também em evidências, bem como a rápida implementação de sistemas de financiamento e de contratualização justos e adequados, e que ao invés dos actuais, não penalizem as organizações por assegurarem a qualidade e a segurança dos utentes e dos profissionais.

Antes de finalizar, gostaria de afirmar que os enfermeiros têm direito a uma remuneração justa, a oportunidades de desenvolvimento da vinculação à profissão, a transparência no processo do seu recrutamento ao respeito pela sua dignidade, a responsabilidades e regimes de trabalho compatíveis com o seu nível de desenvolvimento de competências e relação contratual.

Contudo, também estou convicto que os enfermeiros da Madeira e do Porto Santo continuarão empenhados, como sempre estiveram, no seu desenvolvimento pessoal e profissional, que continuarão a dedicar o máximo dos seus saberes e energia em prol de um verdadeiro serviço público de saúde e do sistema de saúde da região. E, como sempre o dissemos, apesar das necessidades ainda verificadas, orgulhamo-nos de ter na Região Autónoma da Madeira uma óptima comunidade profissional de enfermeiros e alguns muito bons indicadores de saúde resultantes da sua directa intervenção.

A todos os novos enfermeiros as nossas felicitações e a certeza de que terão da parte da vossa Ordem o apoio estimulante e exigente no caminho da excelência dos cuidados, tal como preconizado no Dec. Lei nº 104/98 e Lei nº 111 de 2009, capítulo VI, consagrado ao nosso Código Deontológico.

Aos nossos convidados, um muito bem-haja e um muito obrigado pela vossa presença.